

# À procura de 20 mil professores

Estado faz rastreamento para descobrir onde estão profissionais de ensino que não dão aulas

Ricardo Leoni

Carla Rocha e Patrícia Faria

**D**escobrir o paradeiro de mais de 20 mil professores que deveriam estar em sala de aula: este é o próximo passo da Secretaria estadual de Educação para melhorar a rede de ensino e os salários dos profissionais que realmente estão trabalhando. O rastreamento do destino dos professores que não estão dando aula — ao todo são 71 mil na rede pública estadual — foi iniciado há dez dias e estará pronto no fim de junho. Os professores que recebem o salário normalmente no Banerj mas que não estão trabalhando na função para a qual foram contratados estão sendo chamados pela Secretaria de Educação para regularizar sua situação.

O secretário Fernando Pinto anunciou para os próximos 15 dias o início da contratação de três mil professores em caráter emergencial, para garantir que alunos não fiquem sem aulas. No entanto, segundo a secretaria, o número de profissionais já contratados é muito maior do que o necessário: bastariam 46 mil. Se todos os professores dessem aulas, o ensino na rede estadual — que tem 890 mil alunos — teria uma média invejável: um professor para cada grupo de 12 estudantes.

— Isso é uma incoerência: temos um excesso de professores e ao mesmo tempo uma carência que provoca prejuízos para um número muito grande de alunos — disse o secretário. — No final do mês que vem estará concluído o rastreamento que estamos fazendo e será possível estabelecer quem tem que pagar por esse ou aquele professor que não está em sala de aula, lugar onde deveria estar. Não vamos perseguir ninguém e o que queremos é que a verba da educação fique com a educação.

## Secretário rebate críticas feitas pela UNE ao provão

Centenas de professores que foram cedidos a outros órgãos ou simplesmente não pediram dispensa de suas funções já foram chamados para se explicar, mas até agora não solicitaram afastamento, demissão, nem formalizaram o registro de que estão à disposição de outro órgão. Segundo Fernando Pinto, há um pequeno número de profissionais de ensino ocupando cargos administrativos. O secretário quer que os órgãos onde esses professores estão lotados fiquem responsáveis pelos salários deles. Ele disse ser injusto o estado pagar uma conta que não é sua.

— Estamos para concluir esse rastreamento, que será muito importante para melhorar a qualidade do ensino no estado. Pretendemos chamar quem estiver fora de suas funções para uma conversa amigável, sem punição, para que regularize sua situação: ou ele fica, vai embora ou transfere para o órgão ou empresa onde trabalha o ônus do seu salário — explicou Pinto.

O secretário encarou com tranquilidade as críticas recebidas por ter resol-



CLÁUDIA LANDIM dá aula de urbanização na Escola Paulo de Frontin, na Tijuca: assim como outros, ela trabalha em mais de um turno para suprir a carência de professores e ganhar mais

vido fazer um provão em outubro, com 200 mil alunos, para avaliar a qualidade do ensino estadual. De acordo com ele, o provão vai retratar fielmente o ensino que é dado nas 2.304 escolas da rede espalhadas em 91 municípios. Pinto rebateu as críticas de Leandro Cruz, da executiva nacional da UNE.

— Eu disse que graças ao provão saberemos quantos somos e como estamos para decidirmos o rumo da educação no estado. E ele disse que estávamos no fundo do poço. Pois bem. Eu quero saber a profundidade deste poço e quero que a sociedade, que é quem paga essa conta, saiba também — afirmou o secretário.

Os resultados do provão, segundo Fernando Pinto, serão divulgados em novembro ou dezembro. O exame já está sendo elaborado por técnicos da secretaria e funcionários da Fundação Cesgranrio, encarregada de aplicar a prova e organizar os dados obtidos. Cada prova — com questões de português e matemática — terá ainda um questionário sócio-econômico. O custo será de

R\$ 2 por teste. O secretário adiantou que não haverá prejuízo para os estudantes que sofrem com a falta de professores em algumas disciplinas.

— A grade curricular será cumprida fielmente e os professores contratados em caráter emergencial estarão aptos a cobrir qualquer deficiência. No entanto, se verificarmos que alunos tenham sido muito prejudicados mesmo, sem chances de recuperar o tempo perdido, é claro que o provão não será feito naquela escola — disse o secretário, acrescentando que todas as escolas terão alunos de 5ª e 8ª do Primeiro Grau e da 3ª série do Segundo Grau fazendo o provão.

## Escola na Tijuca adotou a hora extra para enfrentar carência

A crise de professores é gravíssima, mesmo em disciplinas fundamentais. Procuram-se professores de português, matemática, física, química, biologia, história, geografia, espanhol, inglês, francês e filosofia para a Escola Estadual Paulo de Frontin, na Tijuca, que recorreu ao Regime Especial de Trabalho,

autorizado pela Secretaria de Educação, para garantir aulas para cerca de 1.700 alunos. Já faz parte da rotina escolar a expressão “professor RET”.

Cláudia Landim da Fonseca, de 33 anos, é um desses professores. Para dobrar o salário de pouco mais de R\$ 200, ela está lecionando geografia no turno da tarde e da noite, acumulando um total de 32 tempos de aula. O “professor RET” é uma espécie de plantonista. Após enfrentar dificuldades com o marido desempregado durante alguns meses e com quatro filhos, Cláudia reuniu fôlego para uma jornada dupla. Na verdade tripla, porque pela manhã ela ainda dá aula numa escola do município, onde ganha por um único turno mais do que pela dobradinha no estado. Enquanto trabalha exaustivamente, seus filhos se viram como podem em casa. O excesso de trabalho não lhe garante a tranquilidade de uma babá. Os filhos de 9 e 8 anos cuidam dos menores de 6, 4 e 2. Entre um tempo e outro de aula, ela se aflige lembrando que durante horas eles ficam sozinhos em casa.

— Resisti ao máximo, mas com o salário que ganho tenho que dar aula RET. Qual a saída? Tento deixar os meus problemas em casa quando entro na escola. Mas isto é quase impossível — reconhece Cláudia que, ontem à noite, dava aula de urbanização.

Longe de ter um padrão de classe média — projetos como viagens são inviáveis — Cláudia sonha com um salário que pudesse pagar, pelo menos, os livros necessários à sua atualização profissional. Quando era solteira, ela lembra que ainda podia se dar ao luxo de comprar exemplares importados que, agora, estão totalmente inacessíveis para o seu bolso. Apesar dos problemas, a “professora RET” assegura que, mais do que a falta de bens materiais, se ressent das limitações que os baixos salários da rede pública impõem ao seu desenvolvimento intelectual. Por que se esforçar pelo tão sonhado curso de pós-graduação dos velhos tempos?

— O mais triste é que nem o aluno dá bola para isso. A crise é uma bola de neve que não pára de rolar. ■